

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL	
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026.	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/07/2026 às 08:00h até dia 03/08/2026 às 08:59h	ABERTURA DAS PROPOSTAS: As 09:00h do dia 03/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: As 09:30h do dia 03/08/2026	MODO DE DISPUTA: ABERTO
SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link licitações”	ESCLARECIMENTOS/PEDIDOS: www.bll.org.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de BRASÍLIA – DF.	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS SUPORTE PARA FORNECEDOR BLL (41) 3097-4600
CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites: www.bll.org.br , https://constesf.ba.gov.br/ ou https://impublicacoes.org/	

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Marcílio Dias, Nº 01, Country Club, CF, JUAZEIRO-BA, CEP: 48902-245, inscrito no CNPJ sob o nº 11.308.356/0001-03, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, Sra. AZENATE XAVIER REGES, instituído pela Portaria nº 019/2026, de 24 de abril de 2026 está realizando o procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto nº 007 de 05 de dezembro de 2023 e demais normas legais regulamentares aplicáveis e pelas demais normas e condições estabelecidas no edital e seus anexos, torna público o processo de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, cujo objeto é para a Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026, do tipo de licitação “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, conforme condições e especificações das cláusulas abaixo e dos Anexos I a VII que integram o presente edital.

O Pregão será conduzido pela Pregoeira, auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação da Portaria nº 019/2026, de 24 de abril de 2026, publicada no diário oficial do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – CONSTESF.

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos do CONSTESF, localizado na à Rua Marcílio Dias, Nº 01, Country Club, CF, JUAZEIRO-BA, CEP: 48902-245, cuja cópia poderá ser obtida através dos sites: <https://constesf.ba.gov.br/> e/ou www.bll.org.br, ou de requerimento dirigido ao Pregoeiro no Setor de Licitação do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: **03/08/2026**
HORÁRIO: **09:00H**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.bll.org.br/>

EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições conforme art. 82 da Lei 14.133/21, dos Decreto 007/2023, edas demais normas complementares aplicáveis.

SEÇÃO 1 - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026.

1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bll.org.br/> e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

SEÇÃO 2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: CONSTESF

Projeto Atividade: 1001

Elemento de despesa: 3.3.90.39

Fonte: 1701

SEÇÃO 3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Licitações do BLL, por meio do sítio <https://bll.org.br/>.

3.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Para os itens poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preenchem as condições do credenciamento constantes deste Edital;

3.6. Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.6.2. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.6.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União (AGU).

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão

ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.13. A vedação de que trata o item 3.5.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8. Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento;

3.9. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante;

3.10. O Art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que institui a Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê que poderá ser excepcionada a regra do art. 47 e 48 da citada Lei Complementar, toda vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

3.11. A ampliação da disputa com a participação para entidades de grande porte representará maior economia para a Administração, garantindo melhores preços decorrentes da disputa para o CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF, que possui escassos recursos;

3.12. No presente caso, basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

SEÇÃO 4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do sistema eletrônico de licitações (<https://bll.org.br/>).

4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada por meio do sistema eletrônico de licitações (<https://bll.org.br/>).

4.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao pedido a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

4.5. Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

4.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial do município.

4.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

4.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.11. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://bll.org.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

4.12. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

SEÇÃO 5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. Licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://bll.org.br/>.

5.2. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF.

5.6. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO 6 – DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O licitante poderá inserir as informações diretamente no sistema ou anexar sua proposta, desde que a proposta de preços nas ambas formas, esteja de forma detalhada, similares à especificação do Termo de Referência descrevendo o bem ofertado, indicando, no que for aplicável, marca, prazo de validade, quantidade, bem como o valor unitário e total do item.

6.3. A proposta que tiver as informações exigidas no item 6.2. lançadas diretamente no Sistema não será desclassificada por haver deixado de anexar arquivo no Sistema Licitações.

6.4. No caso de divergência entre a especificação constante no site <https://bll.org.br/> e o Edital, prevalecerá a especificação constante no Edital.

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

6.6. É facultado ao licitante cotar todos, alguns, ou somente um dos itens definidos no Anexo deste Edital.

6.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.10. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.11. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

6.12. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

6.13. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.14. Como requisito de pré-habilitação, o licitante deverá apresentar a garantia de proposta em conformidade com o exigido no Termo de Referência (anexo I deste edital).

SEÇÃO 7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://bll.org.br/>.

7.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão.

7.3. No pregão eletrônico, desde a sessão inicial de lances até o resultado final do certame, o Pregoeiro deverá sempre avisar previamente, via sistema (chat), a suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previstos de reabertura da sessão para o seu prosseguimento, em observância aos princípios da publicidade e da razoabilidade. Acórdão 2842/2016-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS.

7.4. É irregular a prática de atos da sessão pública do pregão eletrônico fora do horário de expediente, por ofender o princípio da razoabilidade. (art. 5º do Decreto 5.450/2005 e art. 2º da Lei 9.784/1999). Acórdão 592/2017-Plenário | Relator: ANA ARRAES.

- I. A sessão pública poderá ser reaberta:
- II. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e
- III. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.
- IV. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, na forma usual do sistema eletrônico.
- V. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;
- VI. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.
- VII. A convocação poderá ser feita pelo sistema.

SEÇÃO 8 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

SEÇÃO 9 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES (MODO DE DISPUTA ABERTO)

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.2. O Pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no preâmbulo, quando, então, as licitantes poderão encaminhar lances.

9.3. Para efeito de lances, será considerado o **VALOR GLOBAL**.

9.4. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial (não identificada). Em seguida as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.5. As licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outra(s) licitante.

9.6. Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro nem aos demais participantes.

9.8. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.9. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput deste artigo, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.10. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.13. No caso de desconexão entre o(a) Pregoeiro(a) e o Sistema no decorrer da etapa competitiva, o Sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

9.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, através de mensagem no Sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão, no intervalo mínimo de 24h para o reinício da sessão.

9.15. Após o encerramento dos lances, o Sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo(a) Pregoeiro (a), na sala de disputa, para, no prazo de até 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

9.16. O disposto no subitem 9.16 desta seção não se aplica quando a melhor oferta válida tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.17. Não havendo manifestação da licitante, o Sistema verificará a existência de outra proponente em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o Sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar por encerrada a disputa do ITEM.

9.18. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.19. O(a) Pregoeiro(a) juntamente com a Equipe de Apoio responderão os questionamentos formulados pelos

licitantes, via Sistema, ficando registrado no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do(a) Pregoeiro(a).

9.20. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

SEÇÃO 10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. No pregão, qualquer modificação na proposta tendente a alterar o teor das ofertas deve ocorrer na etapa de negociação, a qual deve ser realizada entre o Pregoeiro e o licitante por meio do sistema eletrônico, tendo como finalidade a obtenção de preços melhores dos que os cotados na fase competitiva e, conseqüentemente, a proposta mais vantajosa para a Administração. **Acórdão 834/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS**

SEÇÃO 11 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.4. **O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.**

11.5. No Sistema BLL, a licitação do **MENOR PREÇO GLOBAL** é denominada por **LOTE**.

11.6. Será desclassificada a proposta final que:

11.6.1. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;

11.6.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

11.6.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;

11.6.4. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

11.6.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.6.6. Será exigido planilha de custo, para os licitantes que baixarem os preços em 50%, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 - Art. 34, sua ausência ou preenchimento incompleto ou de maneira errada, desclassificará a proposta.

11.6.7. O licitante vencedor, que ultrapassar 50%, terá um prazo de 2 (duas) horas para apresentação da planilha de custos.

11.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.9. É facultado o Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo

licitante, antes de findo o prazo.

11.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada e contratada pela Administração.

11.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.15. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.17. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.18. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

SEÇÃO 12 – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto, marca e compatibilidade do preço, o Pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

12.2. Trata-se de verificação da própria condição de participação na contratação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

12.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor

diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviço similares, dentre outros.

12.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

12.8. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.9. A verificação pelo Pregoeiro ou equipe de apoio, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação **complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.12. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.13. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção "DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA".

SEÇÃO 13 - DOS PRAZOS PARA A ENTREGA DA PROPOSTA FINAL E DA DESCLASSIFICAÇÃO

13.1. Após a fase de lances e a classificação provisória do licitante em primeiro lugar, este será convocado para apresentar a Proposta Final/Ajustada e a Documentação de Habilitação e Documentação Complementar, por meio do sistema eletrônico, no prazo máximo de 2 (duas) horas, conforme determinado pelo Pregoeiro.

13.2. O não cumprimento da entrega da Proposta Final/Ajustada e da Documentação de Habilitação no prazo estipulado no subitem anterior, ou sua apresentação fora das exigências editalícias, acarretará automaticamente na desclassificação da proposta e na inabilitação do licitante, sendo-lhe aplicada a sanção prevista no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Verificada a desclassificação ou inabilitação do licitante melhor classificado, o Pregoeiro convocará o licitante subsequente, respeitada a ordem de classificação e observada a devida margem de preferência (se aplicável), para que apresente nova Proposta Final/Ajustada no prazo e condições determinados, e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta válida e aceitável e a habilitação de um licitante.

SEÇÃO 14 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL

14.1. A proposta comercial, enviada exclusivamente pelo sistema, deverá conter os seguintes elementos, em conformidade com o Anexo II

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada digitalmente pelo licitante ou seu representante legal;

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

c) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

e) E-mail válido, Telefone, Nome, endereço, CNPJ e dados do responsável pela assinatura do contrato.

f) Número do processo e do pregão;

g) Especificação de forma detalhada do objeto da presente licitação, em rigorosa conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas.

h) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos. (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

i) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os valores unitários.

j) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

k) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

l) As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

m) **A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital. (ANEXO III)**

n) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, se for o caso.

14.2. A identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico deverá se dar através de assinatura eletrônica simples, assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063/2020. Não serão aceitas assinaturas manuais escaneadas, sob pena de desclassificação.

SEÇÃO 15 – DA HABILITAÇÃO

15.1. A(s) empresa (s) que apresentar (em) a melhor proposta (em razão do menor valor ofertado) relativa ao item a ser adquirido pela Administração deste Consórcio, deverá (ão) enviar via sistema eletrônico a **Proposta Financeira final (conforme modelo do anexo II), e documentação de habilitação relativa ao item ganho, em até 02 (duas) horas após o encerramento da Disputa de Preços** e declarado arrematante do item, através do Portal de Compras, em campo específico.

15.2. A critério da administração, o prazo para envio, aqui definido em 02 (duas) horas, poderá ser prorrogado até no máximo 24h.

15.3. Os documentos de habilitação juntamente com a proposta financeira deverão ser enviados via sistema em campo próprio.

15.4. Para habilitação neste processo, será exigida a documentação descrita no Termo de Referência – Anexo I.

15.5. Além dos documentos de habilitação exigidos no Termo de Referência, o licitante deverá apresentar:

15.5.1. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o **MODELO DO ANEXO IV** deste instrumento;

15.5.1.1. As Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de regularidade fiscal;

15.5.1.2. A comprovação do enquadramento tributário da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á mediante a apresentação da Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, emitida pela Junta Comercial.

15.5.2. Declaração contendo todos os itens descritos, em conformidade com **MODELO DO ANEXO V** deste instrumento.

15.6. OUTRAS DISPOSIÇÕES QUANTO À HABILITAÇÃO:

15.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.6.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

15.6.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.6.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem

de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.6.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.6.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.6.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15.7. A identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico deverá se dar através de assinatura eletrônica simples, assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063/2020. Não serão aceitas assinaturas manuais escaneadas, sob pena de desclassificação.

15.7.1. Conforme regramento fundado pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO nº 1.383, de 26 de fevereiro de 2019 que altera a Resolução nº 1060, de 26 de abril de 2005, que estabelece normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que os documentos deverão ser apresentados em FORMATO PDF PESQUISÁVEL convertido a partir de seus arquivos originais (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc), não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas.

15.7.2. Conforme previsão contida acima, contido nesse caderno licitatório, a cargo do Pregoeiro, poderá oportunizar ao licitante prazo para regularização da falta mencionada na cláusula acima, findo o prazo e verificado o não cumprimento, a interessada será inabilitada.

15.8. Informações complementares:

a) Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

b) As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.

c) As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06 e Lei 147/2014 e demais normas complementares).

d) A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal onde, será estipulado um prazo de 15 (quinze) minutos para manifestação do recurso;

e) A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

15.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

- a) Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- b) Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- c) Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

SEÇÃO 16 – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

16.1. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto

na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49, Lei 147/2014 e demais normas complementares.

16.2. O enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06 e alterado pela Lei 147/2014.

16.3. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP, Lei 147/2014 e demais normas complementares.

16.4. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

16.5. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

16.6. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

16.7. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada o Pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

16.8. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

16.9. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

SEÇÃO 17 – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS

17.1. Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate e recursos, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

17.2. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

17.3. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).

17.4. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

17.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta ou lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

17.6. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

17.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

17.8. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

17.9. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por

ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

SEÇÃO 18 – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances após realizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS”, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:

18.1.1. Sucessivamente, aos bens:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

18.2. Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, pelo sistema eletrônico, vedado qualquer outro processo.

SEÇÃO 19 - DOS RECURSOS

19.1. Cabe recurso em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação

19.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

19.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

19.2.2. A apreciação se dará em fase única.

19.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de **15 (quinze) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

19.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

19.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

19.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

19.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

19.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

19.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

SEÇÃO 20 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por da autoridade competente, caso não haja

interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

SEÇÃO 21 – GARANTIA DE PROPOSTA E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

21.1. As garantias de participação e de execução contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.

SEÇÃO 22 - DO PAGAMENTO

22.1. Os critérios de pagamento estão detalhados no Termo de Referência.

SEÇÃO 23 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

23.1. A subcontratação deverá atender ao disposto no Termo de Referência, anexo a este instrumento.

SEÇÃO 24 - DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

24.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

24.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

24.2.2. A identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico deverá se dar através de assinatura eletrônica simples, assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063/2020. Não serão aceitas assinaturas manuais escaneadas, sob pena de desclassificação.

24.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

24.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

24.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

24.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

24.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

24.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

24.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

24.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

24.8. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 24.7.

24.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

SEÇÃO 25 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

25.2. O contrato poderá ser prorrogado, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

SEÇÃO 26 - DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

26.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO 27 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

27.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

27.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

27.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

27.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

27.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

27.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

27.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

27.8. São também obrigações da contratada:

- a) Executar os serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

b) Disponibilizar os equipamentos solicitados pela fiscalização dentro dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

c) Garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, evitando interrupções que possam comprometer o cronograma físico-financeiro das obras.

27.8.1. Disponibilização dos Equipamentos

a) Disponibilizar equipamentos com características e capacidades compatíveis com os serviços de terraplenagem, escavação, regularização, compactação, transporte e demais atividades previstas no objeto.

b) Substituir imediatamente qualquer equipamento que apresente falhas, defeitos mecânicos, elétricos ou hidráulicos que comprometam sua produtividade ou segurança.

c) Garantir que todos os equipamentos possuam os dispositivos de segurança exigidos pelos fabricantes e pela legislação vigente.

d) Disponibilizar equipamentos devidamente licenciados e regularizados perante os órgãos competentes, quando aplicável.

27.8.2. Operadores e Motoristas

a) Disponibilizar operadores e motoristas devidamente habilitados, treinados e qualificados para a operação dos equipamentos locados.

b) Assumir integral responsabilidade pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários e securitários dos profissionais empregados na execução contratual.

c) Substituir imediatamente qualquer operador ou motorista que não possua qualificação adequada, descumpra normas de segurança, apresente conduta incompatível com a execução dos serviços e que seja solicitado pela fiscalização mediante justificativa.

d) Garantir o cumprimento da legislação trabalhista vigente, inclusive quanto à jornada de trabalho, descanso, alimentação e demais direitos dos trabalhadores.

27.8.3. Combustíveis, Lubrificantes e Insumos

a) Fornecer, às suas expensas, todo o combustível necessário à operação dos equipamentos.

b) Fornecer lubrificantes, graxas, fluidos hidráulicos, aditivos, filtros e demais insumos indispensáveis ao funcionamento adequado dos equipamentos.

c) Manter estoque suficiente de insumos para evitar paralisações dos serviços.

d) Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos combustíveis e demais produtos utilizados.

27.8.4. Manutenção dos Equipamentos

a) Realizar manutenção preventiva dos equipamentos conforme recomendações dos fabricantes.

b) Executar manutenções corretivas sempre que identificadas falhas operacionais ou defeitos mecânicos.

c) Arcar com todos os custos relativos à manutenção, incluindo: peças, componentes, pneus, baterias, serviços mecânicos, serviços elétricos, serviços hidráulicos e transporte para manutenção.

d) Efetuar os reparos necessários em prazo compatível com a continuidade dos serviços.

- e) Disponibilizar equipamento substituto equivalente ou superior sempre que houver paralisação por manutenção.

27.8.5. Mobilização e Desmobilização

- a) Providenciar, por sua conta e risco, o transporte dos equipamentos até os locais de execução dos serviços.
- b) Executar todas as atividades de carga, descarga, deslocamento, instalação e retirada dos equipamentos.
- c) Assumir integral responsabilidade pelos custos de mobilização e desmobilização.
- d) Retirar todos os equipamentos e materiais de apoio ao término da execução contratual ou quando determinado pela fiscalização.

27.8.6. Segurança do Trabalho

- a) Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras – NR do Ministério do Trabalho e Emprego.
- b) Fornecer gratuitamente aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços.
- c) Garantir que os trabalhadores utilizem corretamente os equipamentos de proteção.
- d) Promover treinamentos e orientações de segurança compatíveis com as atividades desenvolvidas.
- e) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços.
- f) Responder integralmente por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados ou prepostos.

27.8.7. Obrigações Ambientais

- a) Observar integralmente a legislação ambiental vigente.
- b) Adotar medidas para prevenção de vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes e demais produtos potencialmente poluentes.
- c) Realizar a destinação ambientalmente adequada de óleos usados, filtros, pneus, baterias, embalagens contaminadas e demais resíduos gerados.
- d) Reparar integralmente eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação.
- e) Cumprir as determinações dos órgãos ambientais competentes.

27.8.8. Controle Operacional e Relatórios

- a) Atender prontamente às solicitações da fiscalização.
- b) Disponibilizar informações relativas à operação dos equipamentos sempre que solicitado.
- c) Apresentar relatórios, controles operacionais, registros de manutenção e demais documentos necessários à fiscalização do contrato.
- d) Permitir livre acesso da fiscalização às áreas de operação e aos equipamentos utilizados.

e) Manter registros atualizados das horas trabalhadas e da produtividade dos equipamentos.

27.8.9. Responsabilidade por Danos

a) Responder por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente decorrentes da execução contratual.

b) Reparar integralmente os prejuízos causados por seus empregados, prepostos, equipamentos ou subcontratados autorizados.

c) Assumir total responsabilidade civil, administrativa e criminal por atos praticados durante a execução do contrato.

27.8.10. Responsabilidades

a) Responsabilizar-se pelos riscos inerentes à execução dos serviços.

b) Assumir integral responsabilidade por perdas, roubos, furtos, incêndios, acidentes ou avarias ocorridas com seus equipamentos.

SEÇÃO 28 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

28.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

28.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

28.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

28.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

28.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

28.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

28.7. Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

28.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

28.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

28.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28.10. Promover a atualização do planejamento sempre que identificadas situações que possam comprometer a execução do objeto.

28.11. Promover os atos de publicidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

28.12. Manter arquivada toda a documentação referente à contratação e à execução contratual.

28.13. Disponibilizar informações aos órgãos de controle interno e externo sempre que solicitado.

28.14. Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Acordo Consorcial nº 031/2026.

28.15. São também obrigações da contratante:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações técnicas necessárias à execução dos serviços.
- b) Definir as frentes de trabalho, prioridades de execução e cronograma operacional das atividades relacionadas às obras de pavimentação em revestimento primário.
- c) Emitir as Ordens de Serviço indicando os locais, períodos e condições para mobilização dos equipamentos.
- d) Planejar a utilização dos equipamentos de forma a garantir maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.
- e) Promover a gestão e o acompanhamento da execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.
- f) Designar formalmente Fiscal e Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.
- h) Registrar em documento próprio as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.
- i) Solicitar correções, adequações ou substituições de equipamentos e profissionais quando constatadas irregularidades.
- j) Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais.
- k) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato.
- l) Fornecer os projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos necessários à correta execução das atividades.
- m) Informar previamente eventuais alterações de cronograma ou de planejamento que possam impactar a execução contratual.
- n) Realizar a conferência das horas efetivamente trabalhadas e dos serviços executados.
- o) Verificar a conformidade das medições apresentadas pela CONTRATADA.
- p) Atestar os boletins de medição quando constatada a regular execução dos serviços.
- q) Rejeitar total ou parcialmente serviços executados em desacordo com as especificações contratuais.
- r) Solicitar esclarecimentos e documentos complementares sempre que necessário à validação das medições.
- s) Manter canal permanente de comunicação com a CONTRATADA para tratamento das questões relativas à execução contratual.
- t) Formalizar, por escrito, todas as determinações que impliquem alteração da rotina de execução dos serviços.
- u) Disponibilizar à fiscalização os meios necessários para acompanhamento da execução contratual.

v) Adotar medidas administrativas cabíveis diante de descumprimentos contratuais.

x) Instaurar os procedimentos administrativos necessários para apuração de infrações e aplicação de penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

z) Monitorar os riscos relacionados à execução contratual e adotar medidas preventivas para mitigação de impactos à execução das obras.

SEÇÃO 29 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

29.1. Os objetos do contrato serão considerados entregues, logo após o recebimento definitivo e atestado pelo fiscal do contrato na sede do CONSTESF.

29.2. A CONTRATANTE recusará o produto nas seguintes hipóteses QUANDO:

a) houver qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Edital do Pregão e de seus Anexos ou a Nota de Empenho;

b) Ainda que ocorra a situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONSÓRCIO SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato (quando for o caso) e iniciar outro processo Licitatório.

SEÇÃO 30 – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

30.1. O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

30.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

SEÇÃO 31 – DA GARANTIA DO OBJETO LICITADO

31.1. Detalhamento no Termo de Referência.

SEÇÃO 32 – AMOSTRAS

32.1. Não será exigida apresentação de amostras para a contratação.

SEÇÃO 33 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

33.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

33.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

33.4. As sanções serão aplicadas quando do descumprimento de obrigações, conforme artigo 129 e seguintes do Decreto nº 007 de 05 de dezembro de 2023, disponível em: www.impublicacoes.org/constesf.

SEÇÃO 34 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

34.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto, nos prazos estipulados;
- d. O atraso injustificado no início do fornecimento;
- e. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- h. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- i. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- j. A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- k. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento do material, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- m. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;
- n. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- o. Descumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

SEÇÃO 35 - DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

35.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

35.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

SEÇÃO 36 – DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

36.1. A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

36.2. A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

36.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

36.4. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam, ou seja, consequência do ato anulado.

36.5. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

36.6. A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

36.7. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

36.8. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

SEÇÃO 37 - DISPOSIÇÕES FINAIS

37.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

37.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

37.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CONSTESF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

37.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

37.5. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

37.6. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

37.7. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

37.8. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

37.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

37.10. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

37.11. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

37.12. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

37.13. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

37.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

37.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

37.16. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Consórcio e no sítio eletrônico <https://constesf.ba.gov.br>.

37.17. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

37.18. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico www.bll.org.br, <https://constesf.ba.gov.br/>.

37.19. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas

previstas na Lei Federal 14.133/21.

SEÇÃO 38 - DO FORO

38.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Juazeiro/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEÇÃO 39 - DOS ANEXOS

39.1. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Termo de Referência – Anexo I;
- b) Modelo de Proposta de Preços – Anexo II;
- c) Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta – Anexo III;
- d) Modelo de Declaração de Enquadramento (Lei Complementar n.º 123/06) – Anexo IV;
- e) Modelo de Declaração Referencial - Anexo V;
- f) Minuta do Contrato – Anexo VI.

Juazeiro/BA, 16 de julho de 2026.

Azenate Xavier Reges
Agente de contratação/Pregoeira - Portaria N° 019/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026.

Item	Descrição do serviço	Qt. Equip.	h/mês total	h/ano total	Unidade	Valor unit.	Valor total
1	Locação de Escavadeira Hidráulica	1	176	2.112	hora	R\$ 428,75	R\$ 905.520,00
2	Locação de Trator de Esteira	1	176	2.112	hora	R\$ 357,93	R\$ 755.948,16
3	Locação de Pá Carregadeira	1	88	1.056	hora	R\$ 381,74	R\$ 403.117,44
4	Locação de Motoniveladora	1	176	2.112	hora	R\$ 443,98	R\$ 937.685,76
5	Locação de Rolo Compactador Vibratório Conversível	1	176	2.112	hora	R\$ 325,59	R\$ 687.646,08
6	Locação de Caminhão Basculante Trucado 6x2 - 10 m³	3	528	6.336	hora	R\$ 311,00	R\$ 1.970.496,00
7	Locação de Caminhão Basculante Traçado 6x4 - 14 m³	4	704	8.448	hora	R\$ 396,23	R\$ 3.347.351,04
8	Locação de Caminhão-Pipa Traçado 6x4	1	176	2.112	hora	R\$ 260,10	R\$ 549.331,20
9	Locação de Caminhão Oficina / Comboio	1	176	2.112	hora	R\$ 251,93	R\$ 532.076,16
VALOR TOTAL							R\$ 10.089.171,84

1.2. O valor estimado para contratação é de R\$ 10.089.171,84 (dez milhões, oitenta e nove mil, cento e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem/de luxo.

1.5. A contratação compreende a disponibilização contínua de máquinas e equipamentos pesados para execução dos serviços de abertura, regularização, conformação, escarificação, compactação, carga, transporte e espalhamento de material destinado à pavimentação em revestimento primário das estradas vicinais contempladas pelo Acordo Consorcial nº 031/2026.

1.5.1. O quantitativo de máquinas descrito acima é estimativo, podendo a Administração alterar a quantidade de equipamentos solicitados, conforme sua necessidade, tendo em vista que o serviço será medido em horas trabalhadas.

1.6. Os equipamentos deverão permanecer disponíveis para execução dos serviços de segunda-feira a sexta-feira, durante toda a vigência contratual, nos seguintes trechos:

- Brejo Lagoa do Canto – Brejo Dois Irmãos – Brejo do Urubu (30,00 km);
- Brejo da Quixaba – Brejo da Serra (17,30 km).

Total aproximado: 47,30 km de estradas vicinais.

1.7. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

Item	Descrição do serviço	Qt. Equip.
1	Locação de Escavadeira Hidráulica	1
2	Locação de Trator de Esteira	1
3	Locação de Pá Carregadeira	1
4	Locação de Motoniveladora	1
5	Locação de Rolo Compactador Vibratório Conversível	1
6	Locação de Caminhão Basculante Trucado 6x2 - 10 m³	3
7	Locação de Caminhão Basculante Traçado 6x4 - 14 m³	4
8	Locação de Caminhão-Pipa Traçado 6x4	1
9	Locação de Caminhão Oficina / Comboio	1

1.7.1. Os quantitativos de horas serão definidos conforme cronograma de execução da obra e planilha orçamentária.

1.7.2. Para elaboração da presente estimativa foram consideradas as seguintes premissas:

- Prazo contratual: 12 meses;
- 22 dias úteis por mês;
- Jornada operacional: 8 horas por dia;
- 176 horas produtivas mensais por equipamento;
- 2.112 horas produtivas anuais por equipamento;
- Produção mínima exigida: 443 m³/dia por frente de serviço;
- Produção mínima prevista: 886 m³/dia;
- Caminhão-pipa obrigatoriamente traçado 6x4, com capacidade mínima de 15.000 litros;
- Rolo compactador único por trecho, do tipo vibratório conversível, com possibilidade de operação com cilindro liso e capa corrugada/pé-de-carneiro.

1.8. DETALHAMENTO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM LOCADOS:

1.8.1 Escavadeira Hidráulica

Escavadeira hidráulica sobre esteiras, cabine fechada, potência mínima de 110 kW (147 HP), equipada com caçamba com capacidade mínima de 1,50 m³, destinada aos serviços de escavação, carga de material de jazida, conformação de empréstimos e movimentação de materiais.

Quantidade mínima: 01 unidade.

1.8.2 Trator de Esteira

Trator de esteira equipado com lâmina frontal tipo PAT ou equivalente, potência mínima de 120 kW (160 HP), peso operacional mínimo de 15 toneladas, destinado à abertura e conformação de jazidas, escarificação, espalhamento de material e apoio às operações de terraplenagem.

Quantidade mínima: 01 unidade

1.8.3 Pá Carregadeira

Pá carregadeira sobre pneus, articulada, potência mínima de 113 kW (151 HP), equipada com caçamba de capacidade mínima de 1,70 m³, destinada ao carregamento de solos, agregados e materiais granulares.

Quantidade mínima: 01 unidade.

1.8.4 Motoniveladora

Motoniveladora articulada, potência mínima de 140 kW (188 HP), equipada com lâmina central mínima de 3,60 m e escarificador traseiro, destinada à regularização, conformação e acabamento da plataforma.

Quantidade mínima: 01 unidade.

1.8.5 Rolo Compactador Vibratório Conversível

Rolo compactador vibratório autopropelido, peso operacional mínimo de 11 toneladas, equipado com sistema vibratório e kit conversível para utilização com cilindro liso e pé-de-carneiro por meio de capa corrugada removível. Destinado à compactação de solos, reforço de subleito, camadas de revestimento primário e materiais granulares.

Quantidade mínima: 01 unidade.

1.9. EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE

1.9.1 Caminhão Basculante Trucado 6x2 - 10 m³

Caminhão basculante trucado 6x2, equipado com caçamba metálica basculante com capacidade mínima de 10,00 m³, potência mínima de 230 CV, destinado ao transporte de solos, cascalhos, britas, materiais de jazida e demais materiais necessários à execução dos serviços.

Quantidade mínima: 03 unidades.

1.9.2 Caminhão Basculante Traçado 6x4 - 14 m³

Caminhão basculante traçado 6x4, equipado com caçamba metálica basculante com capacidade mínima de 14,00 m³, potência mínima de 250 CV, destinado ao transporte de solos, cascalhos, britas, materiais de jazida e materiais de revestimento em condições severas de operação.

Quantidade mínima: 04 unidades.

1.9.3 Caminhão-Pipa Traçado 6x4

Caminhão-pipa traçado 6x4, potência mínima de 250 CV, equipado com tanque metálico com capacidade mínima de 15.000 litros, sistema de bombeamento, barra espargidora traseira, esguicho lateral, mangotes e dispositivos de irrigação. Destinado à umidificação das camadas de solo, controle de poeira e apoio aos serviços de compactação.

Quantidade mínima: 01 unidade.

1.9.4 Caminhão Oficina / Comboio

Caminhão oficina destinado ao abastecimento, lubrificação, manutenção corretiva leve e apoio mecânico aos equipamentos mobilizados na obra.

Quantidade mínima: 01 unidade.

Os serviços serão executados ao longo de aproximadamente 47,30 km de estradas vicinais.

2. DOS PRAZOS CONTRATUAIS:

2.1. O prazo de vigência do contrato será de doze meses contados da data da assinatura do contrato.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

2.3. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, conforme Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1. A prestação de serviço será realizada de forma **PARCELADA**, conforme solicitação oficial do Consórcio.

3.2. Os equipamentos deverão ser disponibilizados no local da prestação do serviço no prazo máximo de cinco dias a contar da data da emissão da Ordem de Serviço do Consórcio.

3.3. Local da Prestação dos serviços:

As máquinas, veículos e equipamentos pesados deverão permanecer disponíveis para execução dos serviços de segunda-feira a sexta-feira, durante toda a vigência contratual, nos seguintes trechos:

- Brejo Lagoa do Canto – Brejo Dois Irmãos – Brejo do Urubu (30,00 km);
- Brejo da Quixaba – Brejo da Serra (17,30 km).

Total aproximado: 47,30 km de estradas vicinais.

3.4. Condições de recebimento provisório e definitivo:

3.4.1. O objeto contratado será recebido de forma provisória ou definitiva, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.4.2. O serviço será recebido completa e definitivamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.4.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato.

3.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação decorre da necessidade de execução das obras de pavimentação em revestimento primário previstas no Acordo Consorcial nº 031/2026, celebrado entre o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – CONSTESF e a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA/BA.

As obras contemplam a recuperação e melhoria de aproximadamente 47,30 km de estradas vicinais localizadas no Município de Pilão Arcado/BA, abrangendo os trechos Brejo Lagoa do Canto – Brejo Dois Irmãos – Brejo do Urubu e Brejo da Quixaba – Brejo da Serra.

As vias contempladas constituem importantes corredores de mobilidade rural, utilizados diariamente para:

- transporte escolar;
- deslocamento de moradores;
- acesso a unidades de saúde;
- escoamento da produção agrícola e pecuária;
- circulação de mercadorias e insumos;
- acesso aos serviços públicos municipais.

Atualmente, os trechos apresentam problemas de trafegabilidade decorrentes da ação das erosões, surgimento de atoleiros, deformações da plataforma e desgaste da camada de revestimento existente, ocasionando aumento dos custos logísticos e dificuldades de deslocamento das comunidades beneficiadas.

A execução das obras exige a utilização simultânea de equipamentos pesados de terraplenagem, transporte e compactação, indispensáveis para movimentação de solo, carregamento, transporte de material, espalhamento, conformação geométrica e compactação das camadas do revestimento primário.

Entretanto, o CONSTESF não dispõe de frota própria em quantidade suficiente para atender às metas físicas pactuadas junto à SEINFRA/BA, nem possui estrutura operacional capaz de garantir a disponibilidade integral dos equipamentos necessários durante toda a execução contratual.

Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de empresa para disponibilização dos equipamentos, operadores, combustíveis, manutenção e suporte operacional, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas no instrumento de cooperação firmado com o Estado da Bahia.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

A solução proposta consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com disponibilização de mão de obra operacional qualificada, combustível, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos,

visando à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026.

A contratação deverá contemplar todos os insumos, recursos humanos, materiais e logísticos necessários à perfeita execução dos serviços, de forma contínua e ininterrupta, garantindo a adequada execução das atividades de terraplenagem, regularização de subleito, conformação de plataforma, escavação, transporte de materiais, compactação e demais serviços correlatos necessários à implantação do revestimento primário das vias rurais beneficiadas.

5.1. Planejamento e Disponibilização dos Equipamentos

A contratada deverá disponibilizar máquinas, veículos e equipamentos em condições adequadas de operação, observando os requisitos técnicos definidos no Termo de Referência e nas especificações do projeto executivo.

Os equipamentos deverão apresentar perfeito estado de conservação e funcionamento, Idade operacional compatível com os serviços a serem executados, certificações e documentações obrigatórias vigentes, Sistemas de segurança em conformidade com as normas aplicáveis e capacidade operacional compatível com as demandas da obra.

Nesta etapa, a contratada será responsável pela mobilização dos equipamentos até os locais de execução dos serviços, incluindo transporte, carregamento, descarregamento e instalação operacional.

5.2. Operação dos Equipamentos

A execução dos serviços compreenderá a utilização dos equipamentos por operadores devidamente habilitados e capacitados, fornecidos pela contratada, observando as normas de segurança do trabalho, legislação trabalhista e previdenciária, normas ambientais aplicáveis e determinações da fiscalização do contrato.

Os operadores deverão possuir experiência compatível com os equipamentos operados, sendo integral responsabilidade da contratada a substituição imediata de profissionais que não atendam às exigências técnicas ou apresentem desempenho inadequado.

5.3. Abastecimento e Insumos Operacionais

Todo o combustível necessário ao funcionamento dos equipamentos será de responsabilidade da contratada, incluindo: Diesel comum ou S-10, conforme especificação do fabricante, lubrificantes, graxas, fluidos hidráulicos e aditivos e demais insumos operacionais.

A contratada deverá assegurar o abastecimento contínuo dos equipamentos, evitando paralisações que possam comprometer o cronograma físico-financeiro da obra.

5.4. Manutenção Preventiva e Corretiva

Durante toda a vigência contratual, a contratada será responsável pela manutenção integral dos equipamentos disponibilizados.

A manutenção preventiva deverá ocorrer conforme as recomendações dos fabricantes, compreendendo: Revisões periódicas, troca de filtros, troca de óleos e fluidos, lubrificação, inspeções mecânicas e elétricas e ajustes operacionais.

Já a manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que identificadas falhas ou defeitos que comprometam o desempenho dos equipamentos.

Quando houver indisponibilidade superior ao prazo estabelecido contratualmente, a contratada deverá providenciar substituição imediata por equipamento equivalente ou superior, sem ônus adicional para a Administração.

5.5. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Considerando o ciclo de vida do objeto, deverão ser observadas práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, tais como: utilização de equipamentos com manutenção regular para redução da emissão de poluentes, controle de vazamentos de combustíveis e lubrificantes, destinação ambientalmente adequada de filtros, óleos usados, pneus, baterias e demais resíduos gerados, atendimento à legislação ambiental vigente e adoção de medidas para redução do consumo excessivo de combustível.

A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos impactos ambientais decorrentes de sua atuação, promovendo as medidas corretivas necessárias quando exigidas pelos órgãos competentes.

5.6. Controle Operacional e Fiscalização

Durante a execução contratual, a fiscalização designada pelo Consórcio acompanhará a produtividade dos equipamentos, horas efetivamente trabalhadas, qualidade dos serviços executados e cumprimento das obrigações contratuais.

Poderão ser utilizados: boletins diários de operação, relatórios de medição, registros fotográficos, controle de horas trabalhadas e sistemas de rastreamento e monitoramento, quando aplicável.

A contratada deverá fornecer todas as informações necessárias à fiscalização e à aferição dos serviços executados.

5.7. Desmobilização dos Equipamentos

Concluídos os serviços ou encerrada a vigência contratual, a contratada será responsável pela retirada integral dos equipamentos, materiais e estruturas de apoio utilizadas na execução do objeto.

A desmobilização compreenderá remoção dos equipamentos, limpeza das áreas utilizadas, destinação adequada dos resíduos eventualmente gerados e restabelecimento das condições originais das áreas ocupadas, quando aplicável.

5.8. Resultado Esperado da Contratação

A solução adotada visa garantir a execução eficiente das obras de pavimentação em revestimento primário previstas no Acordo Consorcial nº 031/2026, assegurando:

- Disponibilidade contínua dos equipamentos necessários à obra;
- Redução de riscos de paralisação por falhas mecânicas;
- Maior eficiência operacional;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Economicidade na execução dos serviços;
- Atendimento às normas de segurança e ambientais;
- Melhoria da trafegabilidade das vias rurais beneficiadas;
- Maior durabilidade das intervenções executadas;
- Atendimento ao interesse público e aos objetivos do Acordo Consorcial firmado entre o CONSTESF e a SEINFRA/BA.

Dessa forma, a contratação contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a mobilização dos equipamentos até sua desmobilização final, assegurando a execução integral e adequada das obras de pavimentação em revestimento primário.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os requisitos da presente contratação foram definidos considerando a natureza dos serviços a serem executados, a complexidade operacional das obras de pavimentação em revestimento primário e a necessidade de garantir eficiência, segurança, economicidade e qualidade na execução do objeto previsto no Acordo Consorcial nº 031/2026.

A empresa contratada deverá atender integralmente às exigências técnicas, operacionais, legais, ambientais e de segurança descritas a seguir.

6.1. Requisitos de Habilitação Jurídica

A licitante deverá comprovar sua regular constituição e funcionamento mediante apresentação dos documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- Registro comercial, quando aplicável;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Demais documentos previstos no edital.

6.2. Requisitos de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, situação regular perante:

- Receita Federal do Brasil;
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal;
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Justiça do Trabalho;
- Seguridade Social;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

A comprovação da regularidade deverá ser apresentada sempre que solicitada pela Administração.

6.3. Requisitos de Qualificação Técnica

A licitante deverá demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação mediante apresentação de:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica

Emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, envolvendo, no mínimo:

- Locação de máquinas pesadas;
- Operação de equipamentos de terraplenagem;

6.4. Requisitos Operacionais dos Equipamentos

Os equipamentos disponibilizados deverão:

- Estar em perfeitas condições de funcionamento;
- Possuir capacidade operacional compatível com os serviços previstos;
- Apresentar manutenção preventiva atualizada;
- Atender às especificações dos fabricantes;
- Possuir dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente;
- Estar livres de restrições administrativas ou judiciais que impeçam sua utilização.

Os equipamentos poderão ser próprios, locados ou arrendados pela contratada, desde que estejam disponíveis para execução do contrato.

6.5. Requisitos dos Operadores e Motoristas

A contratada deverá fornecer operadores e motoristas:

- Devidamente habilitados;
- Com experiência comprovada na operação dos equipamentos disponibilizados;
- Capacitados em normas de segurança do trabalho;
- Aptos para atuação em obras de infraestrutura viária.

Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Em caso de ausência, afastamento ou substituição de operador, a contratada deverá providenciar reposição imediata sem prejuízo à execução dos serviços.

6.6. Requisitos de Manutenção

A contratada deverá executar:

Manutenção Preventiva

- Revisões periódicas;
- Troca de filtros;
- Lubrificação;
- Substituição de componentes sujeitos a desgaste;
- Inspeções técnicas programadas.

Manutenção Corretiva

- Reparação imediata de falhas mecânicas;

- Reparação de sistemas hidráulicos;
- Reparação elétrica e eletrônica;
- Substituição de peças danificadas.

Os custos de manutenção serão integralmente suportados pela contratada.

Sempre que ocorrer indisponibilidade operacional, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente ou superior, em prazo definido pela Administração.

6.7. Requisitos de Abastecimento e Insumos

Serão de responsabilidade da contratada:

- Fornecimento de combustível;
- Lubrificantes;
- Graxas;
- Fluidos hidráulicos;
- Peças de reposição;
- Pneus;
- Baterias;
- Demais insumos necessários à operação dos equipamentos.

A Administração não fornecerá qualquer insumo para execução dos serviços.

6.8. Requisitos de Mobilização e Desmobilização

A contratada será responsável por:

- Transporte dos equipamentos até os locais de execução;
- Carregamento e descarregamento;
- Instalação operacional;
- Remoção dos equipamentos ao término dos serviços.

Todos os custos logísticos deverão estar incluídos nos preços contratados.

6.9. Requisitos de Segurança do Trabalho

A contratada deverá cumprir integralmente:

- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Legislação trabalhista vigente;
- Normas de segurança aplicáveis às atividades de operação de máquinas pesadas.

Deverá ainda:

- Fornecer EPIs adequados aos trabalhadores;
- Realizar treinamentos obrigatórios;
- Manter documentação de segurança atualizada;
- Adotar medidas para prevenção de acidentes.

6.10. Requisitos Ambientais e Sustentabilidade

A execução contratual deverá observar:

- Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Normas ambientais federais, estaduais e municipais;

- Controle de emissão de poluentes;
- Controle de vazamentos de combustíveis e lubrificantes;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos.

A contratada responderá integralmente por danos ambientais decorrentes de suas atividades.

6.11. Requisitos de Disponibilidade Operacional

A contratada deverá garantir disponibilidade contínua dos equipamentos durante toda a vigência contratual.

Serão considerados inadmissíveis:

- Paralisações injustificadas;
- Falta de combustível;
- Ausência de operador;
- Equipamentos com defeitos recorrentes;
- Atrasos que comprometam o cronograma da obra.

A contratada deverá manter estrutura operacional suficiente para assegurar a continuidade dos serviços.

6.12. Requisitos de Medição e Fiscalização

A execução dos serviços será acompanhada por fiscal designado pelo Consórcio.

As medições serão realizadas com base em horas efetivamente trabalhadas, relatórios operacionais, registros fotográficos, ordens de serviço emitidas pela fiscalização.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização.

6.13. Requisitos de Subcontratação

Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

A subcontratação parcial, quando necessária, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual.

6.14. Requisitos de Resultado Esperado

A contratação deverá assegurar:

- Disponibilidade permanente das máquinas e equipamentos;
- Execução contínua das obras previstas no Acordo Consorcial nº 031/2026;
- Cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- Qualidade dos serviços executados;
- Redução de interrupções operacionais;
- Segurança dos trabalhadores;
- Conformidade ambiental;
- Economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Entrega das obras de pavimentação em revestimento primário dentro dos padrões técnicos exigidos pela SEINFRA/BA e pelo CONSTESF.

6.15. ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006:

6.15.1. Após a estimativa de preços, a licitação será destinada a ampla participação de empresas, independente do porte.

6.15.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual e suas alterações devidamente registradas;

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações contratuais devidamente registradas, salvo quando consolidados, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

7.1.2. Identidade dos sócios;

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

I - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014).

IV - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada.

V - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão, quando outra data de validade não estiver expressa na certidão;

II) **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, devidamente assinado por profissional contábil responsável e registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas), que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

II.1. Para escriturações entregues via ECD/SPED deverão ser apresentadas demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com os seguintes documentos:

- a) Termo de Abertura e Encerramento;

b) Recibo de Entrega do Livro Digital;

c) Balanço Patrimonial;

d) Demonstração de Resultado do Exercício;

II.2. No caso de empresa constituída há menos de 01 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

II.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), **não** estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial para a comprovação da regularidade financeira da empresa.

II.4. Ao Microempreendedor Individual é obrigatória a apresentação do balanço patrimonial ou documento análogo (livro caixa ou declaração anual de faturamento, por exemplo), podendo tal documento ser apresentado sem o registro em cartório ou junta.

II.5. Apresentar comprovação da situação financeira da empresa, assinada por contador, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

a) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o item pertinente.

7.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

I) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, envolvendo, no mínimo: locação de máquinas pesadas e operação de equipamentos de terraplenagem;

7.5. DECLARAÇÃO DO MENOR:

7.5.1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8. GARANTIA DE PROPOSTA E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

8.1. GARANTIA DE PROPOSTA:

a) Deverá ser anexado como requisito de pré-habilitação comprovante de garantia da proposta de 1% (um por cento) do valor estimado de cada um dos itens aos quais o licitante pretenda concorrer, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato, a não apresentação dos documentos para a contratação ou cometer qualquer infração no ato, inclusive fraudes, declaração falsa, ou apresentar documentos que contenham elementos falsos;

c) A garantia de proposta poderá ser prestada em uma das modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, e se escolhido a modalidade de caução em dinheiro, este deverá ser realizado na Conta Corrente de titularidade do município;

d) As garantias em caução de títulos deverão, antecipadamente, serem autenticadas pelo Tesouro Nacional por intermédio da Receita Federal do Brasil (RFB).

e) Por se tratar de requisito de pré-habilitação, a garantia da proposta deverá ser realizada até a data limite de abertura das propostas do certame.

f) A garantia de proposta apresentada pelos licitantes será restituída nas seguintes condições, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021:

I – Aos licitantes não vencedores, a devolução ocorrerá integralmente após a homologação do resultado da licitação, mediante solicitação formal do licitante e comprovação de inexistência de pendências junto ao processo. A solicitação se dará através de pedido a ser enviado ao email: constesf@gmail.com.

II – À licitante vencedora, a garantia de proposta será devolvida após a assinatura do contrato. A solicitação se dará através de pedido a ser enviado ao email: constesf@gmail.com.

III – A devolução se dará:

- em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação a ser realizada através do email acima, conforme eventos previstos nos incisos anteriores;
- pelo mesmo meio utilizado na prestação da garantia, exceto quando se tratar de seguro-garantia ou fiança bancária, casos em que o documento original será devolvido mediante recibo.

IV – Quando a garantia for prestada em dinheiro, a restituição será realizada por ordem bancária na conta indicada pelo licitante, sem atualização monetária.

V – A garantia de proposta somente será retida nas hipóteses previstas no art. 58, §4º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos casos de:

- a) desistência injustificada da proposta;
- b) recusa na assinatura do contrato;
- c) descumprimento das condições estabelecidas no edital.

8.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

a) A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes dos Arts. 96 a 102 da Lei 14.133, de 2021, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor inicial do contrato.

b) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

c) O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

d) A garantia deverá ser prestada no prazo de até cinco dias contados da homologação do processo.

e) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

9. PROCEDIMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

9.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada nos documentos por ele abrangidos.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

10.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

10.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

10.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

10.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

10.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

10.12. A execução será acompanhada por fiscal e gestor formalmente designados pelo CONSTESF, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.13. A fiscalização realizará controle diário das máquinas, verificação da produtividade, controle das horas efetivamente trabalhadas, registro fotográfico dos serviços e emissão dos boletins de medição.

10.14. Serão exigidos para fins de pagamento:

- a) Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (CND), do Estado sede da contratada;
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais (CND), da sede da contratada;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

11.1. PAGAMENTO:

11.1.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente após as liquidações dos empenhos realizados para tal fim, conforme serviços prestados no mês anterior, conforme boletim de medição com relatório de horas trabalhada atestado pelo Fiscal do Contrato.

Os prazos para liquidação e pagamento, serão limitados, em regra, a:

- a) 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo Consórcio;

b) 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pelo Presidente do Consórcio ou por quem ele delegar tais poderes.

11.1.1.1. O prazo de que trata a alínea “a” poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001646, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001646$$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Certidão Negativa de Tributos Estaduais (CND), do Estado sede da contratada;

Certidão Negativa de Tributos Municipais (CND), da sede da contratada;

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.4. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada.

11.2. CRITÉRIOS DE REAJUSTE/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

11.2.1. Os preços poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de consolidação do orçamento estimado (07.07.2026), nos seguintes moldes:

I - calcula-se pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado para custos a serem aplicados aos insumos e serviços, materiais e equipamentos pela variação relativa ao período de um ano;

II - na ausência dos índices específicos ou setoriais previstos nos incisos anteriores, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para o Consórcio, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

§ 1º O registro do reajustamento de preços será formalizado por simples apostila.

§ 2º Se, juntamente ao reajuste, houver a necessidade de prorrogação de prazo ou a realização de alguma alteração contratual, será possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

11.2.2. Poderá haver revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido amplo em decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar podendo ser provocado pelo órgão contratante ou requerido pela contratada.

12. SUBCONTRATAÇÃO:

12.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

12.2. A subcontratação parcial, quando necessária, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

13.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

13.7. Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.10. Promover a atualização do planejamento sempre que identificadas situações que possam comprometer a execução do objeto.

13.11. Promover os atos de publicidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.12. Manter arquivada toda a documentação referente à contratação e à execução contratual.

13.13. Disponibilizar informações aos órgãos de controle interno e externo sempre que solicitado.

13.14. Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Acordo Consorcial nº 031/2026.

13.15. São também obrigações da contratante:

a) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações técnicas necessárias à execução dos serviços.

- b) Definir as frentes de trabalho, prioridades de execução e cronograma operacional das atividades relacionadas às obras de pavimentação em revestimento primário.
- c) Emitir as Ordens de Serviço indicando os locais, períodos e condições para mobilização dos equipamentos.
- d) Planejar a utilização dos equipamentos de forma a garantir maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.
- e) Promover a gestão e o acompanhamento da execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.
- f) Designar formalmente Fiscal e Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.
- h) Registrar em documento próprio as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.
- i) Solicitar correções, adequações ou substituições de equipamentos e profissionais quando constatadas irregularidades.
- j) Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais.
- k) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato.
- l) Fornecer os projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos necessários à correta execução das atividades.
- m) Informar previamente eventuais alterações de cronograma ou de planejamento que possam impactar a execução contratual.
- n) Realizar a conferência das horas efetivamente trabalhadas e dos serviços executados.
- o) Verificar a conformidade das medições apresentadas pela CONTRATADA.
- p) Atestar os boletins de medição quando constatada a regular execução dos serviços.
- q) Rejeitar total ou parcialmente serviços executados em desacordo com as especificações contratuais.
- r) Solicitar esclarecimentos e documentos complementares sempre que necessário à validação das medições.
- s) Manter canal permanente de comunicação com a CONTRATADA para tratamento das questões relativas à execução contratual.
- t) Formalizar, por escrito, todas as determinações que impliquem alteração da rotina de execução dos serviços.
- u) Disponibilizar à fiscalização os meios necessários para acompanhamento da execução contratual.
- v) Adotar medidas administrativas cabíveis diante de descumprimentos contratuais.
- x) Instaurar os procedimentos administrativos necessários para apuração de infrações e aplicação de penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- z) Monitorar os riscos relacionados à execução contratual e adotar medidas preventivas para mitigação de impactos à execução das obras.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

14.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

14.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.8. São também obrigações da contratada:

a) Executar os serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

b) Disponibilizar os equipamentos solicitados pela fiscalização dentro dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

c) Garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, evitando interrupções que possam comprometer o cronograma físico-financeiro das obras.

14.8.1. Disponibilização dos Equipamentos

a) Disponibilizar equipamentos com características e capacidades compatíveis com os serviços de terraplenagem, escavação, regularização, compactação, transporte e demais atividades previstas no objeto.

b) Substituir imediatamente qualquer equipamento que apresente falhas, defeitos mecânicos, elétricos ou hidráulicos que comprometam sua produtividade ou segurança.

c) Garantir que todos os equipamentos possuam os dispositivos de segurança exigidos pelos fabricantes e pela legislação vigente.

d) Disponibilizar equipamentos devidamente licenciados e regularizados perante os órgãos competentes, quando aplicável.

14.8.2. Operadores e Motoristas

a) Disponibilizar operadores e motoristas devidamente habilitados, treinados e qualificados para a operação dos equipamentos locados.

b) Assumir integral responsabilidade pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários e securitários dos profissionais empregados na execução contratual.

c) Substituir imediatamente qualquer operador ou motorista que não possua qualificação adequada, descumpra normas de segurança, apresente conduta incompatível com a execução dos serviços e que seja solicitado pela fiscalização mediante justificativa.

d) Garantir o cumprimento da legislação trabalhista vigente, inclusive quanto à jornada de trabalho, descanso, alimentação e demais direitos dos trabalhadores.

14.8.3. Combustíveis, Lubrificantes e Insumos

a) Fornecer, às suas expensas, todo o combustível necessário à operação dos equipamentos.

b) Fornecer lubrificantes, graxas, fluidos hidráulicos, aditivos, filtros e demais insumos indispensáveis ao funcionamento adequado dos equipamentos.

c) Manter estoque suficiente de insumos para evitar paralisações dos serviços.

d) Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos combustíveis e demais produtos utilizados.

14.8.4. Manutenção dos Equipamentos

a) Realizar manutenção preventiva dos equipamentos conforme recomendações dos fabricantes.

b) Executar manutenções corretivas sempre que identificadas falhas operacionais ou defeitos mecânicos.

c) Arcar com todos os custos relativos à manutenção, incluindo: peças, componentes, pneus, baterias, serviços mecânicos, serviços elétricos, serviços hidráulicos e transporte para manutenção.

d) Efetuar os reparos necessários em prazo compatível com a continuidade dos serviços.

e) Disponibilizar equipamento substituto equivalente ou superior sempre que houver paralisação por manutenção.

14.8.5. Mobilização e Desmobilização

- a) Providenciar, por sua conta e risco, o transporte dos equipamentos até os locais de execução dos serviços.
- b) Executar todas as atividades de carga, descarga, deslocamento, instalação e retirada dos equipamentos.
- c) Assumir integral responsabilidade pelos custos de mobilização e desmobilização.
- d) Retirar todos os equipamentos e materiais de apoio ao término da execução contratual ou quando determinado pela fiscalização.

14.8.6. Segurança do Trabalho

- a) Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras – NR do Ministério do Trabalho e Emprego.
- b) Fornecer gratuitamente aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços.
- c) Garantir que os trabalhadores utilizem corretamente os equipamentos de proteção.
- d) Promover treinamentos e orientações de segurança compatíveis com as atividades desenvolvidas.
- e) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços.
- f) Responder integralmente por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados ou prepostos.

14.8.7. Obrigações Ambientais

- a) Observar integralmente a legislação ambiental vigente.
- b) Adotar medidas para prevenção de vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes e demais produtos potencialmente poluentes.
- c) Realizar a destinação ambientalmente adequada de óleos usados, filtros, pneus, baterias, embalagens contaminadas e demais resíduos gerados.
- d) Reparar integralmente eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação.
- e) Cumprir as determinações dos órgãos ambientais competentes.

14.8.8. Controle Operacional e Relatórios

- a) Atender prontamente às solicitações da fiscalização.
- b) Disponibilizar informações relativas à operação dos equipamentos sempre que solicitado.
- c) Apresentar relatórios, controles operacionais, registros de manutenção e demais documentos necessários à fiscalização do contrato.
- d) Permitir livre acesso da fiscalização às áreas de operação e aos equipamentos utilizados.
- e) Manter registros atualizados das horas trabalhadas e da produtividade dos equipamentos.

14.8.9. Responsabilidade por Danos

- a) Responder por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente decorrentes da execução contratual.
- b) Reparar integralmente os prejuízos causados por seus empregados, prepostos, equipamentos ou subcontratados autorizados.
- c) Assumir total responsabilidade civil, administrativa e criminal por atos praticados durante a execução do contrato.

14.8.10. Responsabilidades

- a) Responsabilizar-se pelos riscos inerentes à execução dos serviços.
- b) Assumir integral responsabilidade por perdas, roubos, furtos, incêndios, acidentes ou avarias ocorridas com seus equipamentos.

15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. O objeto contratado será fiscalizado por servidor designado formalmente que supervisionará o serviço nas condições exigidas, e atestando no verso da nota fiscal no ato do recebimento.

15.2. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato e especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

IV - conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

V - proceder às avaliações do objeto contratado;

VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

VIII - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

IX - realizar o recebimento do objeto contratado.

X- propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

15.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, verificando a conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, contrato e demais documentos do processo;

15.4. Emitir Ordens de Serviço para mobilização dos equipamentos conforme a necessidade da obra;

15.5. Verificar a disponibilidade, quantidade, capacidade operacional e condições de funcionamento dos equipamentos disponibilizados pela contratada;

15.6. Acompanhar a produtividade dos equipamentos e a efetiva utilização nas frentes de serviço;

15.7. Fiscalizar a presença dos operadores e motoristas designados para a execução dos serviços;

15.8. Verificar o cumprimento das obrigações relativas ao abastecimento, manutenção, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos;

15.9. Solicitar substituição imediata de equipamentos ou operadores que apresentem desempenho insatisfatório ou condições inadequadas de operação;

15.10. Registrar ocorrências, falhas, atrasos ou irregularidades verificadas durante a execução contratual;

15.11. Emitir relatórios de acompanhamento e fiscalização;

15.12. Atestar as medições dos serviços efetivamente executados para fins de pagamento;

15.13. Comunicar à autoridade competente eventuais infrações contratuais passíveis de aplicação de penalidades.

15.14. A fiscalização realizará o controle das horas efetivamente trabalhadas pelos equipamentos disponibilizados.

15.14.1. Para fins de medição deverão ser observados: horário de início e término das atividades, quantidade de horas produtivas executadas, períodos de paralisação, justificativas para interrupções dos serviços e identificação do equipamento e respectivo operador.

15.14.2. Não serão computadas para pagamento: Horas paradas por falhas mecânicas, horas paradas por falta de combustível, horas paradas por ausência de operador, horas decorrentes de manutenção de responsabilidade da contratada e horas não autorizadas pela fiscalização.

15.14.3. A contratada deverá manter registros diários das atividades executadas contendo, no mínimo: data da execução, local dos serviços, equipamentos utilizados, identificação dos operadores, horas trabalhadas, serviços executados, ocorrências verificadas e interrupções e respectivas justificativas.

15.15. A fiscalização poderá exigir a apresentação dos registros a qualquer tempo.

15.16. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em instrumento próprio, podendo envolver: atrasos na mobilização dos equipamentos, falhas mecânicas recorrentes, descumprimento de Ordens de Serviço, ausência de operadores, baixa produtividade, infrações de segurança e danos ao patrimônio público ou a terceiros.

15.17. As ocorrências poderão subsidiar a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

15.18. Dados do fiscal e do gestor do contrato:

FISCAL DO CONTRATO:

NOME: ARISTÓTELES CAVALCANTE DE SANTANA NETO

CPF: 843.114.365-72

GESTOR DO CONTRATO:

NOME: ERIKA BEZERRA MORAIS DE ALMEIDA

CPF: 036.214.094-40

16. SANÇÕES:

As sanções serão aplicadas quando do descumprimento de obrigações, conforme artigo 129 e seguintes do Decreto nº 007 de 05 de dezembro de 2023, disponível em: www.impublicacoes.org/constesf.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

Em observância ao art. 5º e ao art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável e às normas ambientais vigentes, a contratação para locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário deverá incorporar práticas que minimizem os impactos ambientais, promovam a eficiência no uso dos recursos naturais e assegurem a adequada gestão dos resíduos gerados durante a execução contratual.

17.1. A CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

1. Eficiência Operacional e Controle de Emissões

1.1. Utilizar máquinas e equipamentos em adequadas condições de funcionamento e manutenção, visando reduzir a emissão de gases poluentes e material particulado.

1.2. Manter os motores regulados e submetidos às revisões periódicas recomendadas pelos fabricantes.

1.3. Adotar práticas que promovam a redução do consumo de combustível e a diminuição das emissões atmosféricas.

1.4. Priorizar, sempre que possível, a utilização de equipamentos com tecnologias mais eficientes e menor impacto ambiental.

1.5. Evitar o funcionamento desnecessário dos equipamentos em marcha lenta por períodos prolongados.

2. Gestão de Combustíveis, Lubrificantes e Produtos Perigosos

2.1. Realizar o armazenamento, transporte e abastecimento de combustíveis de forma segura, evitando vazamentos e contaminações ambientais.

2.2. Adotar medidas preventivas para controle de derramamentos de óleos, combustíveis, graxas e fluidos hidráulicos.

2.3. Disponibilizar materiais absorventes e equipamentos de contenção para atendimento a eventuais ocorrências ambientais.

2.4. Garantir que o abastecimento e a manutenção dos equipamentos observem as normas ambientais aplicáveis.

3. Destinação Ambientalmente Adequada de Resíduos

3.1. Promover a coleta, segregação, armazenamento temporário, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

3.2. Dar destinação adequada a óleos lubrificantes usados ou contaminados, filtros de óleo, combustível e ar, pneus inservíveis, baterias automotivas, embalagens contaminadas, peças substituídas e demais resíduos perigosos ou recicláveis.

3.3. Observar as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais pertinentes.

3.4. Manter, quando solicitado, comprovantes de destinação final emitidos por empresas ou unidades devidamente licenciadas.

4. Prevenção de Danos Ambientais

4.2. Evitar intervenções desnecessárias em áreas de vegetação nativa.

4.3. Restringir a circulação de máquinas às áreas previamente definidas para execução dos serviços.

4.4. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência ambiental relevante identificada durante a execução das atividades.

4.5. Reparar integralmente eventuais danos ambientais causados por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou equipamentos.

5. Uso Racional dos Recursos Naturais

5.1. Adotar medidas para otimizar o consumo de combustível e reduzir desperdícios operacionais.

5.2. Planejar adequadamente os deslocamentos dos equipamentos para minimizar consumo excessivo de combustível e emissão de poluentes.

5.3. Utilizar recursos e insumos de forma eficiente, evitando desperdícios durante a execução dos serviços.

6. Conformidade Legal e Ambiental

6.1. Cumprir integralmente a legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável à execução do objeto.

6.2. Observar as normas dos órgãos ambientais competentes e as condicionantes eventualmente incidentes sobre a obra.

6.3. Responsabilizar-se integralmente por infrações ambientais decorrentes de suas atividades.

6.4. Manter seus equipamentos em conformidade com as exigências legais relativas à segurança e proteção ambiental.

7. Educação e Conscientização Ambiental

7.1. Orientar operadores, motoristas e demais colaboradores sobre boas práticas ambientais relacionadas à execução dos serviços.

7.2. Promover ações preventivas voltadas à redução de impactos ambientais decorrentes da operação das máquinas e equipamentos.

7.3. Incentivar a adoção de procedimentos que contribuam para a preservação dos recursos naturais e para a segurança ambiental das áreas de intervenção.

8. Critério de Sustentabilidade para Execução Contratual

Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades observando os princípios da prevenção, da responsabilidade ambiental, da eficiência na utilização dos recursos públicos e da sustentabilidade, buscando reduzir os impactos ambientais decorrentes da operação de máquinas, veículos e equipamentos pesados utilizados nas obras de pavimentação em revestimento primário.

O descumprimento das obrigações ambientais poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Orgão: CONSTESF

Projeto Atividade: 1001

Elemento de despesa: 3.3.90.39

Fonte: 1701

19. PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO DO OBJETO

19.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade, possibilitar a participação de um maior número de licitantes e obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

Entretanto, para a presente contratação, conclui-se pela **não adoção do parcelamento do objeto**, em razão das características técnicas e operacionais dos serviços a serem executados, conforme detalhado abaixo:

Análise da Viabilidade do Parcelamento

O objeto consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário no Município de Pilão Arcado/BA.

A execução dos serviços exige integração permanente entre os diversos equipamentos que compõem a cadeia produtiva da obra, tais como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras, rolos compactadores, caminhões basculantes, caminhões-pipa e equipamentos auxiliares.

As atividades são interdependentes e executadas de forma sequencial e coordenada, de modo que a paralisação ou indisponibilidade de um equipamento impacta diretamente o desempenho dos demais e compromete o cronograma de execução da obra.

Inviabilidade Técnica do Parcelamento

O parcelamento por tipo de equipamento ou por grupos de equipamentos poderia ocasionar dificuldade na coordenação operacional das frentes de serviço, conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas, aumento do risco de paralisações das obras, maior complexidade na fiscalização contratual, redução da eficiência operacional, comprometimento da produtividade das equipes e dificuldades na compatibilização de cronogramas de mobilização e desmobilização.

Além disso, a Administração necessitará de uma gestão integrada da frota para atender às demandas da obra de forma contínua e sincronizada.

Inviabilidade Econômica do Parcelamento

Sob o aspecto econômico, a divisão do objeto em diversos contratos poderia resultar em aumento dos custos administrativos de gestão e fiscalização, multiplicação de contratos, medições e procedimentos de pagamento, perda de economia de escala, elevação dos custos de mobilização e desmobilização, aumento dos custos indiretos relacionados ao fornecimento de operadores, manutenção e logística.

A contratação unificada permite melhor aproveitamento dos recursos públicos, favorecendo ganhos de escala e maior eficiência na execução dos serviços.

Ganhos de Escala e Eficiência Operacional

A contratação de uma única empresa possibilita: centralização da gestão operacional dos equipamentos, padronização dos procedimentos de manutenção, maior controle sobre a produtividade dos serviços, agilidade na substituição de equipamentos em caso de falhas, melhor coordenação das equipes operacionais e redução dos riscos de descontinuidade da execução contratual.

Competitividade do Certame

A ausência de parcelamento não compromete a competitividade da licitação, considerando que o mercado de locação de máquinas e equipamentos pesados possui diversas empresas aptas a fornecer a solução integrada pretendida pela Administração.

Dessa forma, a contratação em lote único ou por solução global mostra-se compatível com as práticas de mercado e adequada à complexidade do objeto.

Após análise técnica e econômica, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra vantajoso para a Administração, uma vez que a execução dos serviços exige integração operacional, logística e gerencial entre todos os equipamentos envolvidos nas obras de pavimentação em revestimento primário.

Assim, com fundamento no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, justifica-se a contratação por solução integrada, sem parcelamento do objeto, por representar a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para assegurar a execução das obras previstas no Acordo Consorcial nº 031/2026, firmado entre o CONSTESF e a SEINFRA/BA.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

20.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO com fundamento na hipótese do art. 28, I da Lei nº 14.133/2021.

20.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de no mínimo R\$ 500,00 (quinhentos reais).

20.3. MODO DE DISPUTA:

- ☒ Aberto;
- ☐ Aberto e fechado;
- ☐ Fechado e aberto.

21. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- ☒ menor preço global;

22. CRITÉRIOS DE REMUNERAÇÃO VARIADA:

Não haverá critérios de remuneração variada na contratação.

23. ALOCAÇÃO DE RISCOS:

Não haverá matriz de alocação de riscos na contratação.

24. DECLARAÇÃO:

A contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, tendo em vista que foi o Acordo Consorcial foi assinado no mês de maio/2026.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

A
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026.

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao CONSTESF, em estrito cumprimento ao previsto no processo de Pregão Eletrônico, o item conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	MARCA	Qdt	Und	V.unitário	Valor Total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública deste processo de Pregão Eletrônico.

02. DADOS: Dados do representante legal, telefone de contato, a Instituição Bancária, Agência, Número da Conta Bancária da empresa e seu Endereço Eletrônico (e-mail) para contato.

03. DAS DECLARAÇÕES:

a) Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta contratação.

b) Declara que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

c) Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento por ventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital).

d) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente. (PARA MEI, ME, EPP).

_____, de _____ de 2026

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante) Nome:
R.G: _____ CPF: _____ Cargo: _____

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

Razão Social CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06)
(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 e para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaramos:

() que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

Ou

() que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

local, data

Razão Social CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO V - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____
DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** ~~que não se encontra declarada~~ inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 5)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 6)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 7)** Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 8)** Que atende ao cumprimento às condições propostas pela Administração para participação do certame.
- 9)** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021.
- 10)** Que não se enquadra nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
 - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - b) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - c) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou

entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

11) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

12) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

13) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

14) Que a proposta foi elaborada de forma independente;

15) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **CASO ESTEJA ENQUADRADA A UTILIZAR OS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;**

local, data

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO – VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO DE ____ QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSTESF – CONSORCIO SUSTENTAVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO E A EMPRESA ____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **CONSORCIO SUSTENTAVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO - CONSTESF**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marcilio Dias nº 01, Country Club, Juazeiro, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.308.356/0001-03, neste ato representado pelo Seu Presidente o **Sr. Marcos Carvalho Palmeira**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob o nº 2139532 SSP BA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 343.028.675-15, residente e domiciliado na cidade de Remanso, Estado da Bahia, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº ____, com sede no endereço ____, neste ato representado pelo Sr. ____, ____, Portador da Identidade nº ____, inscrito no CPF/MF sob o nº ____, residente e domiciliado na ____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 020/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 005/2026**, homologado em __/__/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição, lubrificantes, transporte, mobilização e desmobilização dos equipamentos, destinados à execução das obras de pavimentação em revestimento primário nos trechos contemplados pelo Acordo Consorcial nº 031/2026 e a SEINFRA/BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QT.	VALOR UNIT	VALOR UNIT

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que embasou a contratação;
- 1.3.2.** O Edital de Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do Contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ENTREGA:

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

2.3. A prestação de serviço será realizada de forma **PARCELADA**, conforme solicitação oficial do Consórcio.

2.4. Os equipamentos deverão ser disponibilizados no local da prestação do serviço no prazo máximo de cinco dias a contar da data da emissão da Ordem de Serviço do Consórcio.

2.5. Local da Prestação dos serviços:

As máquinas, veículos e equipamentos pesados deverão permanecer disponíveis para execução dos serviços de segunda-feira a sexta-feira, durante toda a vigência contratual, nos seguintes trechos:

- Brejo Lagoa do Canto – Brejo Dois Irmãos – Brejo do Urubu (30,00 km);
- Brejo da Quixaba – Brejo da Serra (17,30 km).

Total aproximado: 47,30 km de estradas vicinais.

2.6. Condições de recebimento provisório e definitivo:

2.6.1. O objeto contratado será recebido de forma provisória ou definitiva, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.6.2. O serviço será recebido completa e definitivamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.6.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato.

2.6.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

4.2. A subcontratação parcial, quando necessária, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. PREÇO:

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ _____.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em:

5.2.2. banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.4. Dados bancários:

Banco:

C/C:

Agência:

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO:

5.3.1. Os pagamentos serão realizados após as liquidações dos empenhos realizados para tal fim, conforme serviços prestados.

a) 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo Consórcio;

b) 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pelo Presidente do Consórcio ou por quem ele delegar tais poderes.

5.3.1.1. O prazo de que trata a alínea “a” poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.1.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001646, assim apurado:

$$I = (6/100) \quad I = 0,0001646$$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.3.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Certidão Negativa de Tributos Estaduais (CND), do Estado sede da contratada;

Certidão Negativa de Tributos Municipais (CND), da sede da contratada;

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.3.1.4. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada.

5.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.3.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.3.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO:

5.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE e REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.2.1. O índice de reajustamento de preço terá como data-base vinculada a data de consolidação do orçamento.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Se, juntamente ao reajuste, houver a necessidade de prorrogação de prazo ou a realização de alguma alteração contratual, será possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

6.10. A decisão sobre o pedido de reajustamento deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

6.11. Poderá haver revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido amplo em decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário,

isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar podendo ser provocado pelo órgão contratante ou requerido pela contratada.

6.11.1. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido amplo pode ser concedido a qualquer tempo, desde que solicitada durante a vigência do contrato, independentemente de previsão contratual, e verificados os seguintes requisitos:

I - o evento seja futuro e incerto;

II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III - o evento não ocorra por culpa da parte pleiteante;

IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V - a modificação das condições contratuais seja substancial, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI - haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

6.12. O reequilíbrio será concedido a partir do evento que ensejou o desequilíbrio contratual devidamente demonstrado no processo administrativo.

6.13. A decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92 XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.8. Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.12. Promover a atualização do planejamento sempre que identificadas situações que possam comprometer a execução do objeto.

7.13. Promover os atos de publicidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.14. Manter arquivada toda a documentação referente à contratação e à execução contratual.

7.15. Disponibilizar informações aos órgãos de controle interno e externo sempre que solicitado.

7.16. Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Acordo Consorcial nº 031/2026.

7.17. São também obrigações da contratante:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações técnicas necessárias à execução dos serviços.
- b) Definir as frentes de trabalho, prioridades de execução e cronograma operacional das atividades relacionadas às obras de pavimentação em revestimento primário.
- c) Emitir as Ordens de Serviço indicando os locais, períodos e condições para mobilização dos equipamentos.
- d) Planejar a utilização dos equipamentos de forma a garantir maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.
- e) Promover a gestão e o acompanhamento da execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.
- f) Designar formalmente Fiscal e Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.
- h) Registrar em documento próprio as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.
- i) Solicitar correções, adequações ou substituições de equipamentos e profissionais quando constatadas irregularidades.
- j) Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais.
- k) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato.
- l) Fornecer os projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos necessários à correta execução das atividades.
- m) Informar previamente eventuais alterações de cronograma ou de planejamento que possam impactar a execução contratual.
- n) Realizar a conferência das horas efetivamente trabalhadas e dos serviços executados.
- o) Verificar a conformidade das medições apresentadas pela CONTRATADA.
- p) Atestar os boletins de medição quando constatada a regular execução dos serviços.
- q) Rejeitar total ou parcialmente serviços executados em desacordo com as especificações contratuais.
- r) Solicitar esclarecimentos e documentos complementares sempre que necessário à validação das medições.
- s) Manter canal permanente de comunicação com a CONTRATADA para tratamento das questões relativas à execução contratual.
- t) Formalizar, por escrito, todas as determinações que impliquem alteração da rotina de execução dos serviços.
- u) Disponibilizar à fiscalização os meios necessários para acompanhamento da execução contratual.
- v) Adotar medidas administrativas cabíveis diante de descumprimentos contratuais.
- x) Instaurar os procedimentos administrativos necessários para apuração de infrações e aplicação de penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- z) Monitorar os riscos relacionados à execução contratual e adotar medidas preventivas para mitigação de impactos à execução das obras.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV):

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.8. São também obrigações da contratada:

a) Executar os serviços de locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

b) Disponibilizar os equipamentos solicitados pela fiscalização dentro dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

c) Garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, evitando interrupções que possam comprometer o cronograma físico-financeiro das obras.

8.8.1. Disponibilização dos Equipamentos

a) Disponibilizar equipamentos com características e capacidades compatíveis com os serviços de terraplenagem, escavação, regularização, compactação, transporte e demais atividades previstas no objeto.

b) Substituir imediatamente qualquer equipamento que apresente falhas, defeitos mecânicos, elétricos ou hidráulicos que comprometam sua produtividade ou segurança.

c) Garantir que todos os equipamentos possuam os dispositivos de segurança exigidos pelos fabricantes e pela legislação vigente.

d) Disponibilizar equipamentos devidamente licenciados e regularizados perante os órgãos competentes, quando aplicável.

8.8.2. Operadores e Motoristas

a) Disponibilizar operadores e motoristas devidamente habilitados, treinados e qualificados para a operação dos equipamentos locados.

b) Assumir integral responsabilidade pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários e securitários dos profissionais empregados na execução contratual.

c) Substituir imediatamente qualquer operador ou motorista que não possua qualificação adequada, descumpra normas de segurança, apresente conduta incompatível com a execução dos serviços e que seja solicitado pela fiscalização mediante justificativa.

d) Garantir o cumprimento da legislação trabalhista vigente, inclusive quanto à jornada de trabalho, descanso, alimentação e demais direitos dos trabalhadores.

8.8.3. Combustíveis, Lubrificantes e Insumos

a) Fornecer, às suas expensas, todo o combustível necessário à operação dos equipamentos.

b) Fornecer lubrificantes, graxas, fluidos hidráulicos, aditivos, filtros e demais insumos indispensáveis ao funcionamento adequado dos equipamentos.

c) Manter estoque suficiente de insumos para evitar paralisações dos serviços.

d) Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos combustíveis e demais produtos utilizados.

8.8.4. Manutenção dos Equipamentos

a) Realizar manutenção preventiva dos equipamentos conforme recomendações dos fabricantes.

b) Executar manutenções corretivas sempre que identificadas falhas operacionais ou defeitos mecânicos.

c) Arcar com todos os custos relativos à manutenção, incluindo: peças, componentes, pneus, baterias, serviços mecânicos, serviços elétricos, serviços hidráulicos e transporte para manutenção.

d) Efetuar os reparos necessários em prazo compatível com a continuidade dos serviços.

e) Disponibilizar equipamento substituto equivalente ou superior sempre que houver paralisação por manutenção.

8.8.5. Mobilização e Desmobilização

a) Providenciar, por sua conta e risco, o transporte dos equipamentos até os locais de execução dos serviços.

- b) Executar todas as atividades de carga, descarga, deslocamento, instalação e retirada dos equipamentos.
- c) Assumir integral responsabilidade pelos custos de mobilização e desmobilização.
- d) Retirar todos os equipamentos e materiais de apoio ao término da execução contratual ou quando determinado pela fiscalização.

8.8.6. Segurança do Trabalho

- a) Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras – NR do Ministério do Trabalho e Emprego.
- b) Fornecer gratuitamente aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços.
- c) Garantir que os trabalhadores utilizem corretamente os equipamentos de proteção.
- d) Promover treinamentos e orientações de segurança compatíveis com as atividades desenvolvidas.
- e) Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços.
- f) Responder integralmente por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados ou prepostos.

8.8.7. Obrigações Ambientais

- a) Observar integralmente a legislação ambiental vigente.
- b) Adotar medidas para prevenção de vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes e demais produtos potencialmente poluentes.
- c) Realizar a destinação ambientalmente adequada de óleos usados, filtros, pneus, baterias, embalagens contaminadas e demais resíduos gerados.
- d) Reparar integralmente eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação.
- e) Cumprir as determinações dos órgãos ambientais competentes.

8.8.6. Controle Operacional e Relatórios

- a) Atender prontamente às solicitações da fiscalização.
- b) Disponibilizar informações relativas à operação dos equipamentos sempre que solicitado.
- c) Apresentar relatórios, controles operacionais, registros de manutenção e demais documentos necessários à fiscalização do contrato.
- d) Permitir livre acesso da fiscalização às áreas de operação e aos equipamentos utilizados.
- e) Manter registros atualizados das horas trabalhadas e da produtividade dos equipamentos.

8.8.7. Responsabilidade por Danos

- a) Responder por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente decorrentes da execução contratual.
- b) Reparar integralmente os prejuízos causados por seus empregados, prepostos, equipamentos ou subcontratados autorizados.
- c) Assumir total responsabilidade civil, administrativa e criminal por atos praticados durante a execução do contrato.

8.8.8. Responsabilidades

- a) Responsabilizar-se pelos riscos inerentes à execução dos serviços.
- b) Assumir integral responsabilidade por perdas, roubos, furtos, incêndios, acidentes ou avarias ocorridas com seus equipamentos.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

a) A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes dos Arts. 96 a 102 da Lei 14.133, de 2021, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor inicial do contrato.

b) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

c) O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

d) A garantia deverá ser prestada no prazo de até cinco dias contados da homologação do processo.

e) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Multa**: por qualquer das infrações das alíneas “a” a “l”.
- c) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- d) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

10.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.3.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

11.2.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.10. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: CONSTESF

Projeto Atividade: 1001

Elemento de despesa: 3.3.90.39

Fonte: 1701

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 - O objeto contratado será fiscalizado por servidor designado formalmente que supervisionará o fornecimento/serviço nas condições exigidas, e atestando no verso da nota fiscal no ato do recebimento.

13.2 - O fiscal supracitado registrará todas as ocorrências durante a execução do objeto, se estão em conformidades com as especificações exigidas neste termo de referência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.1.1 - À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I – Solicitar a **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste certame e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

II – acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;

III – encaminhar ao Setor Financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à **CONTRATADA**, bem como os referentes a pagamento.

13.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.3. Dados do fiscal e do gestor do contrato:

FISCAL DO CONTRATO:

NOME: ARISTÓTELES CAVALCANTE DE SANTANA NETO

CPF: 843.114.365-72

GESTOR DO CONTRATO:

NOME: ERIKA BEZERRA MORAIS DE ALMEIDA
CPF: 036.214.094-40

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da cidade de Juazeiro – BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Juazeiro - BA, ____ de _____ de 2026.

MARCOS CARVALHO PALMEIRA
PRESIDENTE - CONSTESF
CONTRATANTE

xxxxxxx
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF/MF nº

CPF/MF nº